

8.12 O ENSINO RELIGIOSO COMO FORMA DE EFETIVAR A LIBERDADE RELIGIOSA NO ÂMBITO NACIONAL

*Eduarda Possebom Elias*¹

*Marina Silveira de Freitas Piazza*²

A liberdade religiosa é um direito fundamental constitucionalmente garantido no Brasil, bem como na maior parte dos países pelo mundo, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, é de fácil observância exemplos de violação do referido direito no contexto social brasileiro. A presente análise bibliográfica apresenta como solução o ensino religioso com a exposição e valorização de todas as práticas religiosas, análise histórica das mesmas e explicação da dimensão social das religiões presentes no mundo. Entende-se que o ensino religioso aplicado desse modo promoveria conhecimento básico de todas as doutrinas religiosas existentes no Brasil, o que auxiliaria o entendimento da diversidade de crenças e fomentaria o respeito a todas elas, uma vez que a intolerância está intimamente ligada à falta de conhecimento. O sistema constitucional vigente no Brasil institui a liberdade religiosa como direito fundamental, por estar disposta nos incisos VI e VIII do artigo 5º, da Constituição Federal, em seu Título II, que versa sobre direitos e garantias fundamentais, e por ser classificada cláusula pétrea, imutável pela disposição do artigo 60, § 4º, IV, também da Constituição Federal. Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar o ensino religioso como forma de efetivar tal direito no contexto social brasileiro. Ademais, tal resumo busca: apresentar um estudo breve e geral sobre a intolerância religiosa no Brasil; apontar os aspectos constitucionais da liberdade religiosa; pesquisar sobre o ensino religioso, enaltecendo sua contribuição no combate a intolerância religiosa por criar, nos jovens, um sentimento de alteridade. É válido ressaltar que a educação é essencial em todos os aspectos e pode auxiliar, e muito, na promoção dos direitos fundamentais. Destarte, este resumo foi fundamentado em textos de autores renomados no assunto, como: Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Palavras-chave: Ensino religioso; Liberdade religiosa; Intolerância religiosa.

¹ Bacharelanda em Direito pela Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Frutal.

² Bacharelanda em Direito pela Universidade Estadual de Minas Gerais - Unidade Frutal.
E-mail:marinasfreitas@gmail.com